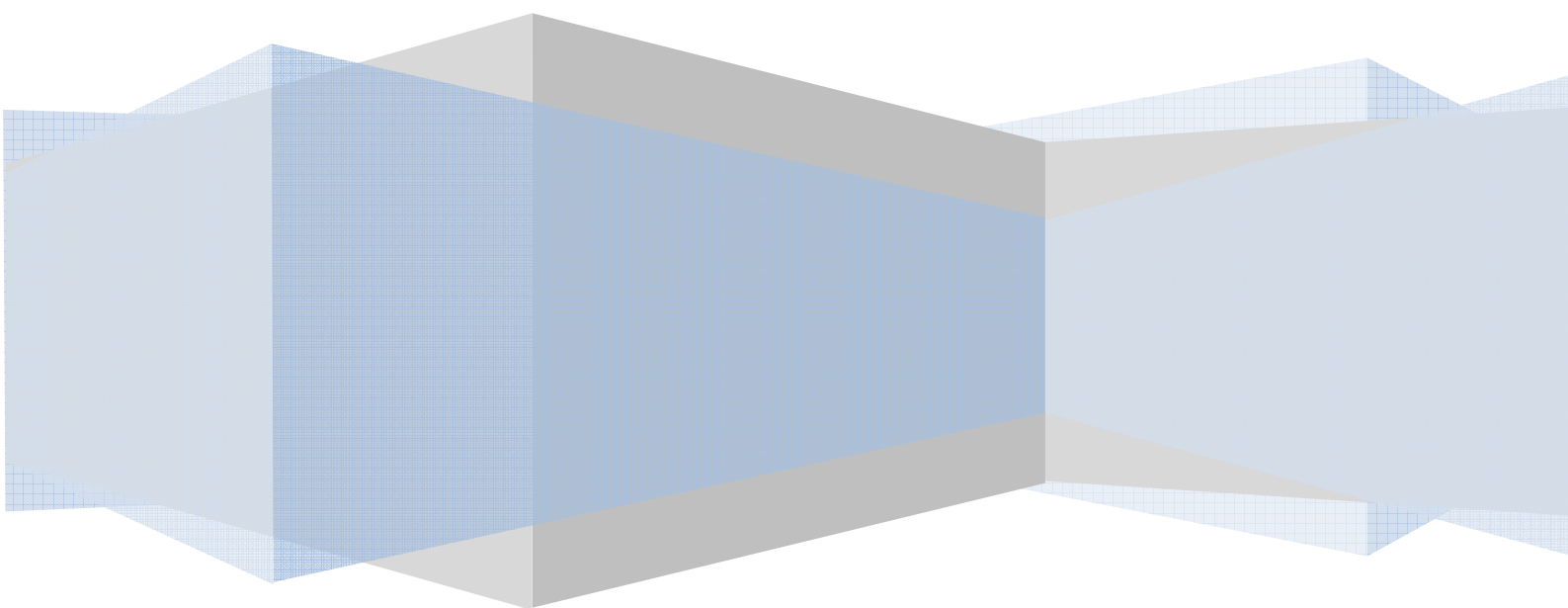




DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2012



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 2	2 0 1 1
Circulante	19.374	19.347
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.597	5.936
Consumidores	9.625	7.762
Impostos a Compensar	760	189
Créditos a Receber	1.696	2.436
Estoques	4.158	2.132
Serviços em Curso	804	633
Despesas Antecipadas	734	259
 Não Circulante	 58.273	 22.085
Aplicações Financeiras	129	72
Depósitos Vinculados a Litígios	87	152
Impostos a Compensar	663	473
Ativo Financeiro	14.276	12.083
Outros Créditos	35	32
	15.190	12.812
Investimentos	125	125
Intangíveis - em Serviço.....	21.545	8.620
Intangíveis – em Curso.....	21.413	528
	43.083	9.273
 TOTAL DO ATIVO	 77.647	 41.432

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 2	2 0 1 1
Circulante	19.378	13.510
Fornecedores	5.361	3.958
Folha de Pagamento	100	89
Tributos e Contribuições Sociais	2.755	2.644
Distribuição de Lucros	41	312
Empréstimos e Financiamentos	5.255	1.994
Obrigações Estimadas	807	737
Taxas Regulamentares	3.226	2.779
Outras Obrigações	1.833	997
Não Circulante	37.053	15.418
Fornecedores	18.313	0
Empréstimos e Financiamentos	15.288	10.819
Tributos e Contribuições Sociais	2.442	3.899
Outras Obrigações	310	0
Provisões Passivas	700	700
Patrimônio Líquido	21.216	12.504
Capital Realizado Atualizado	8.300	8.300
Reservas de Reavaliação	17.152	3.276
Reservas de Lucros	161	928
Prejuízo Acumulado	- 4.397	0
TOTAL DO PASSIVO	77.647	41.432

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 2	2 0 1 1
RECEITA OPERACIONAL	78.170	70.505
Fornecimento de Energia Elétrica	70.257	63.040
Receita de Construção de Infraestrutura Concessão ..	6.824	5.821
Outras Receitas	1.089	1.644
Deduções da Receita Operacional	26.091	24.065
Taxas Regulamentares	4.250	4.453
Icms	15.220	13.645
Cofins/Pasep/Iss	6.621	5.967
Receita Operacional Líquida	52.079	46.440
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	47.795	37.982
Custo com Energia Elétrica	29.550	23.853
Custo de Construção de Infraestrutura Concessão ..	6.824	5.821
Custo de Operação	11.421	8.308
Pessoal	8.129	5.567
Material	635	545
Serviço de Terceiro	816	600
Depreciação / Amortização	1.316	1.160
Outras Despesas	525	436
Lucro Operacional Bruto	4.284	8.458
DESPESAS OPERACIONAIS	7.302	6.665
Despesas com Vendas	2.048	2.065
Despesas Gerais e Administrativas	5.254	4.600
Resultado do Serviço	- 3.018	1.793
Resultando Financeiro	- 1.379	- 135
Resultado Operacional	- 4.397	1.658
PREJUÍZO/LUCRO ANTES CONTR.SOCIAL e I. RENDA .	- 4.397	1.658
Provisão para Contribuição Social	0	175
Provisão para Imposto de Renda	0	433
PREJUÍZO/LUCRO LÍQ. ANTES DA REV.JUROS S/CP	- 4.397	1.050
Reversão Juros sobre o Capital Próprio	0	94
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	- 4.397	1.144
Prejuízo/Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)	- 2,88	0,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.12 e 31.12.11

	Legislação Societária				
	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE REAValiação	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.10 (R\$)	8.300	4.928	1.005	000	14.233
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	- 947		- 947
Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	92	92
Constituição Reservas	-	- 1.652	-	-	- 1.652
Lucro do Exercício	-	-	-	1.144	1.144
Juros s/Capital Próprio				- 94	- 94
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	52	- 52	-
Reserva de Lucros	-	-	818	- 818	-
Dividendos Propostos	-	-	-	- 272	- 272
SALDOS EM 31.12.11 (R\$)	8.300	3.276	928	0	12.504
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	- 767	-	- 767
Constituição de reservas	-	13.876	-	-	13.876
Prejuízo do Exercício	-	-	-	- 4.397	- 4.397
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.12 (R\$)	8.300	17.152	161	- 4.397	21.216

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 2	2 0 1 1
<u>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Receitas de Venda de Energia Elétrica	78.170	70.505
Provisão p/Crédito Liquidação Duvidosa	- 261	- 295
	77.909	70.210
(-) INSUMOS		
Custo da Energia Comprada	29.550	23.853
Custo de Construção de Infraestrutura	6.824	5.821
Materiais	856	739
Serviço de Terceiros	2.257	1.762
Encargos Setorial	4.250	4.453
Outros Encargos	1.621	1.393
	45.358	38.021
VALOR ADICIONADO BRUTO	32.551	32.189
Quotas de Depreciação	1.596	1.376
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	30.955	30.813
Receitas Financeiras	1.123	1.548
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	32.078	32.361
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
<i>Empregados e Administração:</i>		
Remuneração do Trabalho	5.850	4.811
Encargos Sociais (exceto Inss).....	551	517
Benefícios	1.572	1.280
Provisões	1.351	1.202
Indenizações Trabalhistas	1.210	316
Custos Imobilizados.....	- 280	- 271
	10.254	7.855
<i>Governos:</i>		
Icms	15.220	13.645
Pis/Cofins	6.621	5.968
Inss	1.753	1.440
Imposto Renda e Contribuição social	0	608
Outros	72	56
	23.666	21.717
<i>Financiadores:</i>		
Despesas Financeiras.....	2.502	1.589
Aluguéis	53	56
	2.555	1.645
<i>Acionistas:</i>		
Remuneração do Capital Próprio.....	0	94
Lucros Retidos/Prejuízo	- 4.397	1.050
	- 4.397	1.144
<u>VALOR DISTRIBUIDO</u>	32.078	31.361

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Legislação Societária
		Valores em milhares de Reais
	2 0 1 2	2 0 1 1
Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	- 4.397	1.144
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/Amortização	1.596	1.376
Baixas Ativo Intangível	350	328
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	- 13	176
	1.933	1.880
Geração bruta de caixa	- 2.464	3.024
 Consumidores	 1.806	 859
Impostos a Compensar	572	46
Estoque	2.026	847
Despesas Antecipadas	474	205
Serviços em Curso	171	85
Ativo não Circulante	185	234
Créditos a Receber e Outros	- 670	- 1.129
	4.564	1.147
 Fornecedores	 19.716	 907
Folha de Pagamento	11	82
Tributos e Contribuições Sociais	- 1.345	- 526
Taxas Regulamentares	447	461
Demais Passivos	905	260
	-19.734	-1.184
Geração operacional de caixa	-17.634	2.987
 Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	-21.542	-5.986
Contribuição e doação do consumidor	788	219
Empréstimos e Financiamentos	7.730	9.553
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	- 271	-1.115
	- 13.295	2.671
Geração líquida de caixa	- 4.339	5.658
 Saldo das disponibilidades		
No início do período	5.936	278
No fim do período	1.597	5.936
Aumento (redução) nas disponibilidades	- 4.339	5.658

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) – Contexto Operacional:

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui 02 PCH com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda. Na área de distribuição a empresa atende sete municípios com 34.246 consumidores na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

b) – Apresentação:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 155/13 SFF/ANELL.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC – Estrutura Conceitual): As concessionárias devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Concessionária reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios, não são, de acordo com esses pronunciamentos, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem a definição de ativos e/ou passivos.

Contratos de Concessão (CPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado. Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

c) – Práticas Contábeis Específicas do Setor:

- **CVA- Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A - Ativos e Passivos Regulatórios.** São despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente e não inclusas na tarifa e respectivos encargos. São apropriados ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores, conforme determina a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.

- **Imobilizado** - está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Dnaee 815/94 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 457/09 e 474/11 da Aneel.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

- As obrigações especiais vinculadas à concessão são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

d) – Práticas Contábeis Gerais:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Consumidores, Contas a receber de clientes e outros** - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

- **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

- **Estoques** - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

- **Receitas de fornecimento de energia elétrica** - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

- **Fornecimento de energia elétrica não faturado** - até 31-12-12 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

- **Receita e Custo de Construção** – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

• **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE** - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

• **A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias** estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

• **Ativo Financeiro – Indenizável (concessão)** – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

• **Ativos Intangíveis** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

• **Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social** - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

• **Despesas pagas antecipadamente** - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

• **Aplicações Financeiras** - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

• **Pis/Cofins** – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% e 7,60%.

• **Reserva de Reavaliação/Avaliação** - é revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

• **Dividendos** - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

• **Provisões** - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

• **Demais direitos e obrigações** - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

• **Questões ambientais** - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

e) – Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica :

Data Assinatura	Contrato nº	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	Distribuição	07/07/2015
27/12/2000	108/2000	Geração	17/01/2023

A lei 9.074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento estão indefinidas as mudanças das regras para a renovação das concessões atuais.

Os contratos de concessão tem prazo de vigência de vinte (20) anos, podendo ser renovados por um período de mais vinte anos, desde que solicitados pela Concessionária até 36 meses antes do vencimento do contrato. Os contratos de concessão conferem ampla liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. Os contratos contem cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço, no final da concessão.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Disponíveis	2012	2011
• Caixa e depósitos bancários a vista	343	678
• Aplicações Financeiras de liquidez imediata	1.207	5.229
• Numerário em Trânsito	47	29
Total	1.597	5.936

Nota 02 – Tributos e Contribuições a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Tributos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2012	2011	2012	2011
• Icms – compras ativo Imobilizado	208	136	415	155
• Outras retenções/compensar	467	26	0	0
• Pis/Pasep	2	27	248	318
• Ir/CS	83	0	0	0
Total	760	189	663	473

Nota 03 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Venc. até 90 dias	Venc.+90 dias	2012	2011
Residencial	1.786	941	222	2.949	2.587
Industrial	919	154	144	1.217	1.232
Comercio e Serviços	1.511	303	320	2.134	1.754
Rural	404	97	20	521	458
Poder Público	103	53	1	157	59
Iluminação Pública	142	57	15	214	67
Serviço Público	123	0	0	123	122
Serviço Taxado e Outros	50	56	37	143	148
(-) Arrecadação Proc.Clás	- 10	0	0	- 10	-10
Enc. Cap. Emergencial	0	0	7	7	8
Renegociação/Parcelam	439	17	105	561	0
Não Faturado	1.991	0	0	1.991	1.797
Participação Financeira	41	128	188	357	337
Subtotal	7.499	1.806	1.059	10.364	8.559
(-) Crédito Líq. Duvidosa	-	-	-	-739	-797

Nota 04 – Créditos a Receber

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2012	2011
Parcelamentos Contas de Energia	368	1.134
Convênios de Arrecadação	206	206
Cheques em Cobrança	55	65
Rendas a Receber	16	1
Subvenção Residencial Baixa Renda	483	63
Adiantamento a Fornecedores	92	1
Adiantamento de Dividendos	191	402
Serviços a Receber	15	13
Alienação de Bens	527	734
Depósitos Vinculados	20	17
Outros	95	102
Soma	2.068	2.738
(-) Crédito Liquidação Duvidosa	- 372	- 302
Total	1.696	2.436

Nota 05 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2012	2011
Manutenção do Sistema	254	147
Construção	3.551	1.669
Consumo Interno	338	304
Outros	15	12
Total	4.158	2.132

Nota 06 – Serviços em Curso

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Composição	2012	2011
<i>Pesquisa e Desenvolvimento</i>	294	163
<i>Eficiência Energética</i>	491	468
<i>Outros</i>	19	2
Total	804	633

Nota 07 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2012	2011
<i>Residencial</i>	267	301
<i>Industrial</i>	173	185
<i>Comercial</i>	282	293
<i>Rural</i>	17	18
Total	739	797
<i>Créditos a receber</i>	372	302
TOTAL	1.111	1.099

Nota 08 – Despesas Antecipadas

Composição	2012	2011
<i>Encargos de Dívidas</i>	166	213
<i>Seguros</i>	22	40
<i>Impostos/Taxas</i>	40	3
<i>Despesas Revisão Tarifária</i>	502	0
<i>Outras</i>	4	3
Total	734	259

Nota 09 – Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor aplicado refere-se a Título de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela Taxa de Remuneração Básica, aplicada a Caderneta de Poupança e os depósitos pelo IGP-M.

Nota 10 – Depósitos Vinculados a Litígios

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	2012	2011
<i>Ações Cíveis</i>	-	-
<i>Ações Trabalhistas</i>	87	152
Total	87	152

Nota 11 – Investimentos

Bens e Direitos para uso futuro

Bem	2012	2011
- Terrenos	110	110
- Edificações	5	5
- Máquinas e Equipamentos	3	3
- Outros	7	7
TOTAL	125	125

Nota 12 – Composição do Ativo Intangível e Financeiro

a) - Pela natureza das contas

Intangível	Em milhares de Reais			Total
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	
Intangíveis	445	248	177	870
Terrenos	6	20	2.055	2.081
Reservatórios e Barragens	27	95	164	286
Edificações, Obras Cíveis e Benfeit	246	1.726	1.969	3.941
Máquinas e Equipamentos	3.625	16.117	12.185	31.927
Veículos	455	290	482	1.227
Móveis e Utensílios	38	56	120	214
Em Curso	21.413	0	0	21.413
(-) Obrigações Especiais	- 449	- 4.276	0	- 4.725
Total	25.806	14.276	17.152	57.234

Constituição do Intangível	Em milhares de Reais			Total 2012
	Custo	Amortização	Obrigações Especiais	
Em Serviço				
Direito de Uso da Concessão	40.546	- 18.552	- 4.276	17.718
Em Curso				
Direito de Uso da Concessão	21.413	0	- 449	20.964
Total líquido	61.959	- 18.552	- 4.725	38.682

A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

b) - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de

energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSPEE.

A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

Obrigações Especiais	2012	2011
<i>Contribuição do Consumidor</i>	3.636	3.367
<i>Universalização Serv.Publ.E. Elétrica</i>	132	132
<i>Subvenções para Investimentos</i>	75	75
<i>Incentivos Fiscais</i>	876	876
<i>Outras</i>	729	0
<i>(-) Depreciação</i>	- 723	- 512
Total	4.725	3.938

c) – Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções ANEEL 240/06 e 474/11 conforme a Unidade de Cadastro, tendo os principais itens as seguintes taxas:

d) - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

e) Recuperabilidade dos Ativos

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançado na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, aprovada pela Resolução 1.110 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

De acordo com o art. 63 e 64 do Decreto 41.019/57, os bens e instalações são utilizados na produção transmissão e distribuição de energia elétrica.

Nota 13 – Passivo Circulante

a) Fornecedores	2012	2011
<i>Suprimento de Energia Elétrica</i>	3.213	3.204
<i>Encargos de Uso da Rede</i>	570	0
<i>Materiais, Serviços e Outros</i>	1.578	754
Total	5.361	3.958

b) Tributos e Contribuições Sociais	2012	2011
<i>ICMS Faturamento</i>	534	425
<i>ICMS – Parcelamento</i>	1.535	1.485
<i>INSS</i>	162	154
<i>Imposto de Renda/Contr.Social</i>	0	126
<i>FGTS</i>	62	57
<i>Pis/Pasep</i>	65	54
<i>Pis/Pasep – Parcelamento</i>	84	75
<i>Cofins</i>	297	247
<i>Outros</i>	16	21
Total	2.755	2.644

• Icms Parcelamento - refere-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo normal energia elétrica parcelados através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.

• Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

c) Obrigações Estimadas	2012	2011
<i>Férias</i>	437	399
<i>Gratificação 1/3 de Férias</i>	146	133
<i>Encargos Sociais</i>	224	205
Total	807	737

• Obrigações Estimadas - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

d) Taxas Regulamentares	2012	2011
<i>Quota de Reserva Global de Reversão – RGR</i>	0	35
<i>Quota da Conta Consumo de Combustível – CCC</i>	101	183
<i>Taxa de Fiscalização – ANEEL</i>	8	8
<i>Conta de Desenvolvimento Energético – CDE</i>	138	121
<i>Encargo de Capacidade Emergencial – ECE</i>	44	44
<i>Programa Eficiência Energética – PEE</i>	1.951	1.577
<i>Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D</i>	960	791
<i>Outros</i>	24	20
Total	3.226	2.779

• A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

e) Outras Obrigações	2012	2011
<i>Seguradoras</i>	5	7
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	395	5
<i>Juros Eletrobrás</i>	-4	-1
<i>Convênios arrecadação por conta terceiros</i>	243	218
<i>Multas Aneel – TAC</i>	88	729
<i>Bolha Financeira</i>	1.051	0
<i>Outras</i>	55	39
Total	1.833	997

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O Item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

• Multas Aneel – TAC - refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas para o DEC/FEC referente aos anos de 2004 a 2009. Em 16/12/10 a empresa assinou Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no valor de R\$729.332,04 transformando as multas em obrigações a serem aplicadas no Plano de Obras e Investimentos apresentado pela empresa.

• Bolha Financeira – refere-se a aplicação do Art. 5º da Res. Normativa 243/2006 da Aneel, que por sua vez foi editado para retificar as tarifas fixadas pela REN 2006/2005, porquanto verificou-se que essa metodologia estava em desacordo com o Dec. 4541/02, que previa a possibilidade de aplicação de desconto na TUSD, mas não na tarifa de energia – TE, devendo esta corresponder ao custo médio de compra de energia da Supridora. No caso da Eletrocar esta implementação, agora, foi deferida para minimizar o impacto tarifário, sendo agora incluído na tarifa o correspondente a 10% do passivo, através da REH 1304 de 26/06/12 no valor de R\$1.742.168,93, sinalizando-se que nos processos tarifários subsequentes será avaliada a capacidade de repasse do passivo remanescente. Contabilmente esta se registrando o valor conforme a realização via receita.

Nota 14 – Compromissos à Longo Prazo

Tributos e Contribuições Sociais	Parcelas			2012	2011
	Total	Pagas	Saldo		
Icms	120	92	28	2.173	3.588
Pis/Pasep	48	17	31	269	311
Total	-	-	-	2.442	3.899

b) - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.12			31.12.11		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletrobrás (1)	5%aa + var.RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	2	7	9	2	9	11
Eletrobrás (2)	5%aa + var.RGR	60 m	27/09/05	27/09/11	0	0	0	73	0	73
Eletrobrás (3)	5%aa + var.RGR	60 m	11/08/06	11/08/11	136	0	136	163	136	299
Eletrobrás (4)	5%aa + var.RGR	120m	10/01/07	30/12/19	2	9	11	2	11	13
Eletrobrás (5)	5%aa + var.RGR	60m	24/03/09	30/10/16	243	1.318	1.561	246	921	1.167
Eletrobrás (6)	5%aa + var.RGR	120m	09/03/12	11/05/25	0	4.432	4.432	0	0	0
Bndes (1)	6%aa + var.TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	0	0	0	28	0	28
Bndes (2)	3,66%aa+ CDI	48 m	25/02/11	30/05/16	1.975	6.984	8.959	992	9.039	10.031
Inst. Financ.	0,50	24/36 m	25/08/08	25/11/10	2.897	2.524	5.421	488	551	1.039
Consumidores	lgpm	////	////////	////////	0	14	14	0	152	152
Total	////	////	////////	////////	5.255	15.288	20.543	1.994	10.819	12.813

• Os empréstimos junto a Eletrobrás^{(2),(3),(5),(6)} foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.

- Os empréstimos junto a Eletrobrás^{(1),(4)} foi obtido para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural – Luz para Todos, em 120 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 2% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.

- O empréstimo junto ao Bndes⁽¹⁾ foi obtido para financiamento da construção do prédio Administrativo da empresa para instalação da nova sede, 48 meses com carência de 15 meses e juros de 6,5% a.a.

- O empréstimo junto ao Bndes⁽²⁾ foi obtido para financiamento da reforma da subestação Carazinho I, 48 meses com carência de 15 meses e juros de 6,5% a.a.

- Os empréstimos junto às Instituições Financeiras foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos /equipamentos informática e capital de giro de curto prazo, em no máximo 36 meses.

- Os empréstimos junto a Consumidores referem-se a obras executadas na construção de infraestruturas para o fornecimento de energia elétrica por consumidores rurais. Não tem prazo definido para a devolução e estão sendo negociados caso a caso.

c) – Fornecedores:

Contratos assinados para execução de obra na construção de uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com SE Carazinho I e entrada da linha na SE. Esses valores estão sendo financiados junto a Eletrobrás, estando aprovado o valor de R\$13.134.955,10 com juros de 5,5% e taxa de administração de 2% a.a., 120 meses para pagamento e carência de 36 meses.

Fornecedores	obra	Vlr. Contrato	Faturado	Pago	Saldo	Curto Prazo	Longo Prazo
Instaladora Vividense	LT Tapera/Carazinho	17.940.000,00	2.009.382,51	1.465.707,68	16.474.291,32	543.673,83	15.930.617,49
Eletrotec	Entradas de Linhas - SE	2.382.754,63	-	-	2.382.754,63	-	2.382.754,63
					18.857.045,95	543.673,83	18.313.372,12

d) – Provisões Passivas:

Refere-se a provisões de débitos tributários, ações trabalhistas de ex-funcionários e cíveis em que a empresa está sendo citada. Estão garantidas por depósito judicial, registrados no Ativo Não Circulante.

Contingências	2012		2011	
	Provisão	Dep.Judicial	Provisão	Dep.Judicial
Trabalhistas	300	87	300	152
Cíveis	400	0	400	0
Total	700	87	700	152

Nota 15 – Patrimônio Líquido

a) – Capital Social

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social R\$	%
		2012	2011		
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	80.517,22	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	177.634,86	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	64.829,94	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	467,97	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	607.925,44	1,3720
Total	//////	1.524.935	1.524.935	8.300.000,00	100,000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/12 é de R\$13,91 e R\$8,20 em 31/12/11.

b) – Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social.

c) – Reserva de Lucros

Constituída com saldo de lucros acumulados, ficando a disposição para deliberação da Assembleia Geral a sua utilização.

d) – Reserva de Reavaliação e Avaliação

A Reserva de Avaliação Regulatória foi constituída com base na Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração BRR de 31/05/2009 atualizada para 2011 e ajustado em 2012.

c) Avaliação Laudo	2012	2011
Voc	42.288	19.713
Depreciação	-25.136	-16.437
Total	17.152	3.276

Nota 16 – Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2012	2011
<i>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</i>	<i>- 4.397</i>	<i>1.144</i>
<i>(-) Juros sobre Capital Próprio</i>	<i>0</i>	<i>- 94</i>
<i>(-) Constituição de Reservas</i>	<i>0</i>	<i>- 52</i>
<i>(+) Realização de Reservas</i>	<i>0</i>	<i>92</i>
LUCRO AJUSTADO	- 4.397	1.090

A Administração está propondo à Assembleia Geral a distribuição dos resultados aos acionistas como dividendo a seguinte proposta:

Distribuição	2012				2011	%
	Mínimo	Proposta	%	%	Distrib. Total	
<i>Ações Ordinárias</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>1.045</i>	<i>95,88</i>
<i>Ações Preferenciais</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>14</i>	<i>1,28</i>
<i>Outras Destinações</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>31</i>	<i>2,84</i>
Total Dividendos Distribuídos	0	0	0,00	0,00	1.090	100,00

Nota 17 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2012	2011
Lucro/Prejuízo do Exercício	- 4.397	1.658
+ Despesas Indedutíveis	0	15
+ Provisões	261	368
+ Depreciação s/Reavaliações	0	0
+ Depreciação s/IPC/BTNF (*)	15	23
+ Reversão de Provisões	- 253	- 119
Base de Cálculo IR	-4.405	1.922
Imposto de Renda	0	457
Contribuição Social (*)	0	175
(-) Deduções Incentivos Fiscais	0	- 24
Total Tributos a recolher	0	608

Nota 18 – Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fornecimento Faturado:						
Residencial	26.294	25.563	51.471	49.186	28.362	25.181
Industrial	209	205	35.377	32.302	12.217	10.942
Comercial	3.587	3.467	39.788	36.812	18.741	16.764
Rural	3.787	3.773	18.999	18.199	5.084	4.534
Poder Público	334	326	3.852	3.548	1.871	1.687
Iluminação Pública	9	9	8.470	8.438	2.286	2.175
Serviço Público	17	17	4.776	4.709	1.503	1.500
Consumo Próprio	9	11	207	215	-	-
Receita Faturada E.Elétric	34.246	33.371	162.940	153.409	70.064	62.783
Não Faturado	-	-	-	-	193	257
Receita de Construção	-	-	-	-	6.824	5.821
Outras Receitas	-	-	-	-	1.089	1.644
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	78.170	70.505

- **Receitas de fornecimento de energia elétrica** são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.
- **Receita não faturada**, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

Nota 19 – Outras Receitas

Receitas	2012	2011
Subvenção Baixa Renda	464	683
Renda da prestação de serviços	12	35
Serviço Taxado	144	148
Aluguéis	342	300
Lucro na Desativação	13	98
Outras	114	380
Total	1.089	1.644

Nota 20 – Deduções a Receita Operacional

Impostos	2012	2011
Icms	15.220	13.644
Cofins	5.429	4.893
Pis/Pasep	1.179	1.062
Iss	13	13
Total	21.841	19.612

Encargos do Consumidor	2012	2011
Reserva Global de reversão – RGR	312	333
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.650	1.449
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.703	2.164
Programa de Eficiência Energética	225	195
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	225	195
Outros Encargos	135	117
Total	4.250	4.453
Total das Deduções	26.091	24.065

Nota 21 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos	Em MWH		Em R\$	
	2012	2011	2012	2011
Energia Comprada	167.345	148.691	24.863	20.577
Demanda	-	-	5.084	5.071
Encargos de Uso da Rede	-	-	570	-
Proinfa	-	-	828	642
Bolha Financeira	-	-	1.051	-
Custo de Construção Infraestr	-	-	6.824	5.821
(-) Créditos Pis/Cofins	-	-	- 2.846	- 2.437
Compra Líquida	167.345	148.691	36.374	29.674

Nota 22 – Despesas

Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2012	2011
Pessoal – Empregados	726	8.595
Administradores	11.281	701
Material	856	739
Serviço de Terceiros	2.257	1.762
Custo com Energia Comprada	29.550	23.853
Custo de Construção Infraestrutura	6.824	5.821
Taxa de Fiscalização	98	88
Depreciação/Amortização	1.596	1.376
Impostos e Taxas	71	56
Outras Despesas	1.789	1.389
Provisões/Reversões	8	249
Baixa bens ativo	41	20
Total	55.097	44.647

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas	2012	2011
<i>Pessoal – Empregados</i>	862	789
<i>Administradores</i>	123	117
<i>Material</i>	141	122
<i>Serviço de Terceiros</i>	594	545
<i>Depreciação/Amortização</i>	30	42
<i>Impostos e Taxas</i>	14	15
<i>Outras Despesas</i>	272	259
<i>Provisões/Reversões</i>	12	176
Total	2.048	2.065
Despesas Gerais e Administrativas	2012	2011
<i>Pessoal – Empregados</i>	2.428	2.335
<i>Administradores</i>	481	488
<i>Material</i>	80	71
<i>Serviço de Terceiros</i>	847	618
<i>Depreciação/Amortização</i>	250	173
<i>Taxa de Fiscalização</i>	98	88
<i>Impostos e Taxas</i>	14	16
<i>Outras Despesas</i>	1.060	738
<i>Provisões/Reversões</i>	- 4	73
Total	5.254	4.600

Nota 23 – Receitas Financeiras

Receitas	2012	2011
<i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	265	649
<i>Acréscimos Moratórios Contas Energia</i>	704	685
<i>Juros de Títulos a Receber</i>	93	160
<i>Outras</i>	61	54
Total	1.123	1.548

Nota 24 – Despesas Financeiras

Despesas	2012	2011
<i>Encargos de Dívidas</i>	1.485	1.235
<i>Juros/Multas</i>	794	143
<i>Juros Sobre Capital Próprio</i>	0	94
<i>Variações Monetárias</i>	223	181
<i>Outras</i>	0	30
Total	2.502	1.683

Nota 25 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

Nota 26 – Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades, num montante global de R\$15.367.355,00, exceto automóveis que estão cobertos pelo valor de mercado.

Bens Segurados	R\$	INÍCIO	TERMINO
<i>Instalações e Equipamentos</i>	<i>18.735.000,00</i>	<i>24/08/12</i>	<i>24/08/13</i>
<i>Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões</i>		-	-
- Danos Elétricos	1.797.000,00	-	-
- Vendaval/Fumaça	2.826.000,00	-	-
<i>Automóveis</i>	<i>Vlr mercado</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>

Nota 27– Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/12-11 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/12-11.

NOTA 28 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

Nota 29 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida e incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

Nota 30– Reajuste Tarifário

A Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, através do qual são fixadas as tarifas de fornecimento de energia elétrica. A empresa tem sua data base de reajuste no dia 29 de junho.

A tarifa de energia elétrica é segregada por classe entre outros e portanto o reajuste é diferenciado para cada item. Na média os reajustes tarifários ficaram assim majorados:

Data	Reajuste Médio
29/06/2009	- 2,67%
29/06/2010	4,39%
29/06/2011	6,00%
29/06/2012	4,38%

Nota 31 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor.

Em 2012 a alíquota média foi de 5,19% e 5,35% em 2011.

Nota 32 – Transações com Partes Relacionadas

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa mantém algumas transações em forma de comodato, onde as despesas de manutenção são por conta do comodante.

Bem	2012	2 011
- Terrenos	110	110
- Edificações	89	89
- (-) depreciação	-84	-84
- Máquinas e Equipamentos	16	16
- (-) depreciação	- 13	- 13
TOTAL	118	118

Notas 33 – Revisão Tarifária Periódica

Conforme estabelecido no contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000, a Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica em Junho de 2005 e a segunda em junho de 2009.

O resultado da Segunda Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória nº 838 de 23 de Junho de 2009 e Nota Técnica nº 210/2009-SRE/ANEEL datada de 16 de junho de 2009.

Considerando que na Revisão Tarifária Ordinária das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica o saldo das aplicações de recursos no Ativo Imobilizado em Serviço, para fins de remuneração e depreciação, é considerado pelo seu Valor Novo de Reposição – VNR, nos termos das Resoluções Normativas 234/07 e 338/08, a Base de Remuneração está assim constituída:

COMPONENTES DO INVESTIMENTO REMUNERÁVEL	Revisão (R\$)
Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	41.953
(-) Depreciação Acumulada 64,52%	-27.068
(-) Obrigações Especiais Vinculadas	- 5.544
= Ativo Imobilizado em Serviço	9.341
(+) Almoxxarifado	628
= Investimento Remunerável (Base de Remuneração)	9.969
(+) Investimentos previstos no Xe	2.314
= Investimento Total Remunerável na Tarifa	12.283
Bens 100% Depreciados	17.017
Variação do IGPM	Xx
Cota de Depreciação – Taxa Média Anual	4,56%

Investimento Remunerável ou Base da Remuneração, é constituído do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) Líquido e Almoxxarifado de Operações, deduzido das Obrigações Especiais Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, bem como a Receita Requerida, sobre o qual é calculada a remuneração para efeitos de tarifa.

Nota 34 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como

atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte. Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente à estes órgãos.

	2012			2011		
	Vlr.Provisionado (211)	Vlr.Aplicado (112)	Vlr. Líquido	Vlr.Provisionado (211)	Vlr.Aplicado (112)	Vlr. Líquido
FNDTC	16	0	16	14	0	14
MME	8	0	8	7	0	7
P&D	935	294	641	770	163	607
PEE	1.951	491	1.460	1.577	468	1.109
Total	2.910	785	2.125	2.368	631	1.737

Nota 35 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa está desenvolvendo ações de monitoramento da qualidade da água e programas de conservação e vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

Nota 36 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2012:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$78.170 sendo 10,87% superior a 2011 que foi de R\$70.505. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$70.064 contra R\$62.783 em 2011, tendo um aumento de 11,60%.

O preço médio da tarifa teve um aumento de 5,10% contra 2,17% em 2011.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2012 foram de R\$12.007 e em 2011 foi de R\$9.296 tendo um aumento de 29,17%, sendo impactadas pelo aumento do número de colaboradores e pelas indenizações trabalhistas que representaram 10,73% do total de pessoal. O reajuste salarial médio conforme dissídio coletivo da categoria foi de 3,00%, 9,08% em 2011.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$47.795 em 2012 e R\$37.982 em 2011, tendo um aumento de 25,84%.

A compra de energia para revenda foi de R\$29.947 em 2012 e de R\$25.648 em 2011, tendo uma variação de 16,76%. Além do preço médio da tarifa de compra que teve um aumento de 4,59%, a geração própria de energia teve uma redução de 45%.

O Proinfa teve um aumento de 28,90% sendo R\$828 em 2012 e R\$642 em 2011.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$15.220 em 2012 e de R\$13.645 em 2011, tendo uma variação de 11,55%.

Deduções a Receita exceto Icms: As deduções a receita foram de R\$10.871 em 2012 e R\$10.420 em 2011 tendo um acréscimo de 15,87%.

Demais Despesas Operacionais: As despesas Operacionais exceto depreciações, foram de R\$5.120 em 2012 e R\$4.302 em 2011 tendo uma variação de 19,01%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$1.123 em 2012 e R\$1.548 em 2011 tendo uma variação de -27,43%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$2.5021.683 em 2012 e R\$1.683 em 2011, tendo um a variação de 48,65%.

Lucro Ajustado p ara Dividendo: O Lucro Ajustado para distribuição de dividendos foi de R\$0,00, em 2012 e em 2011 somou R\$1.090.

EBITDA: Lucro da Atividade excluída as depreciações, em 2012 foi de R\$(1.422) e em 2011 de R\$3.169.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$(3) em 2012 e R\$5.837 em 2011.

Lucro Líquido do Exercício: O Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício foi de R\$(4.397) em 2012 e R\$1.144 em 2011.

Indicadores Econômico-Financeiros

Coeficiente	Formula	Unid	2 0 1 2	2 0 1 1
Liquidez Imediata	$\frac{Disponível}{Passivo Circulante}$	%	0,08	0,44
Liquidez Corrente	$\frac{Ativo Circulante}{Passivo Circulante}$	%	1,00	1,43
Liquidez Geral	$\frac{A.Circ.+Realiz L/P}{P.Circ.+ Exig. L/P}$	%	0,61	1,43
Endividamento total	$\frac{Exigibilidades Total}{Ativo Total}$	%	0,72	0,70
Retorno do Capital	$\frac{Lucro Líquido}{Patrimônio Líquido}$	%	(0,21)	0,09
Razão Operacional	$\frac{Despesa Operacional}{Receita Líquida}$	%	1,06	0,96
Capital Fixo Aplicado	$\frac{Ativo Permanente}{Ativo Total}$	%	0,75	0,52
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{Despesa Pessoal}{Receita Líquida}$	%	0,23	0,20
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{Compra Energia}{Receita Líquida}$	%	0,70	0,64
Capital de Giro	$\frac{Ativo Circulante - Passivo Circulante}{}$	R\$	(3)	5.837
Lucro Líquido	-	R\$	(4.397)	1.144
Juros s/Capital Próprio	-	R\$	0	94
EBITDA	$\frac{Lucro Exercício + Depreciação}{}$	R\$	(1.422)	3.169

Carazinho/RS, março de 2013

ELBIO BALCEMÃO ESTEVE
Diretor Presidente
CPF – 289.368.840-34

JOELSON CARLOS P. BRINGHENTI
Diretor Técnico
CPF – 258.960.830-68

FELIPE MARTIMIANO SALVIA
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF – 251.781.300-06

JOSÉ ROBERTO LINCK
Diretor Comercial
CPF – 288.568.300-78

RUI LUIZ TOSO
Contador – CRC/RS 40.629
CPF – 273.968.430-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Ilmo. Srs. Acionista, Conselheiros e Diretores da
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**

1. Examinamos as demonstrações contábeis da companhia **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2012 e as respectivas Demonstração do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas
2. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** - A Administração da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
3. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2011 e 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
5. **Ênfase** – Conforme descrito na nota explicativa d - Práticas Contábeis Gerais - Dividendos a Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio no valor R\$ 190.894,25, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios. No entanto não houve lucro no exercício, portanto não poderia haver o cálculo de juros sobre o capital próprio, tão pouco antecipação de Dividendos. A administração informou que este valor será revertido no exercício de 2013.
6. **Outros assuntos**

Auditoria de Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados para adequar aos critérios compatíveis com o ano de 2012 e foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de abril de 2013.

ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR
CRC RS-43890/0 RS
CNAI Nº 1076

PÉGASUS
AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CGC/MF 06.951.205/0001-39
REGISTRO CVM AD 9.004
CRC/RS Nº 4.305

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., eleitos em 02 de janeiro de 2013 para completar mandato dos anteriores, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas, e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 15 de abril de 2013


JÓAO ALBERI MARTINS MAFALDA
CPF – 347.314.150-04


MARIO MARTINS NASCIMENTO
CPF – 162.750.040-53


SALETE CONCEIÇÃO DE BARROS
CPF – 477.518.600-06


VILSON FREDERICO HENICKA
CPF – 307.571.340-68


WERNER GERHARDT KARL SCHÜTZ
CPF – 013.116.380-91

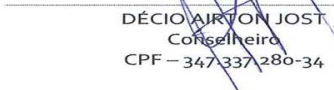
DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O membros do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A, eleitos em 02 de janeiro de 2013 para completar mandato dos anteriores, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal decidem aprovar as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2012**, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 15 de abril de 2013


ERINEU CLÓVIS XAVIER
Presidente
CPF – 123.376.680-53


LUIZ OTAVIO PEREIRA BATISTA
Vice-Presidente
CPF – 179.177.780-53


DÉCIO AIRTON JOST
Conselheiro
CPF – 347.337.280-34


LUIZ FERNANDES GIACOMELLI
Conselheiro
CPF – 121.357.630-04


TARCÍSIO EMILIO MULLER
Conselheiro
CPF – 194.367.850-20